

Corpos Interrompidos, Ciências em Ruptura: O Luto Gestacional como Acontecimento Epistêmico e Crítica à Produtividade Acadêmica

Virtual focus groups in qualitative research: an experience report on their potential and limitations.

¹ Tiago Negrão Andrade  

² Maria Cristina Gobbi  

RESUMO

Este estudo analisa como o luto gestacional, enquanto experiência que desestabiliza ontologias da continuidade e da produtividade, reorganiza práticas e condições materiais e epistêmicas na vida científica. A partir de uma abordagem teórico-crítica, articula-se análise documental de normativas institucionais, comunicações administrativas (incluindo e-mails e negativas de prorrogação), dados epidemiológicos do SINASC/DATASUS e narrativas autoetnográficas. O estudo identifica, empiricamente, a ausência de categorias institucionais para reconhecimento do luto, a tradução da perda em déficit produtivo e a incompatibilidade entre temporalidades corporais e regimes avaliativos. Os resultados evidenciam que a experiência da perda, atravessada por desigualdades reprodutivas estruturais, revela a ilegibilidade epistêmica do sofrimento na academia, não apenas como hipótese, mas como padrão institucional recorrente. A conclusão aponta para a necessidade de reconfigurar políticas, métricas e epistemologias, integrando o cuidado e a vulnerabilidade como fundamentos para uma vida científica mais justa e equitativa.

Palavras-chave: luto gestacional. epistemologia. produtividade acadêmica. vulnerabilidade. injustiça reprodutiva.

ABSTRACT

This study examines how gestational grief, as an experience that destabilizes ontologies of continuity and productivity, reorganizes practices and material and epistemic conditions in scientific life. Adopting a theoretical-critical approach, it articulates a documentary analysis of institutional regulations, administrative communications (including emails and extension denials), epidemiological data from SINASC/DATASUS, and autoethnographic narratives. The study empirically identifies the absence of institutional categories for recognizing grief, the translation of loss into a productivity deficit, and the incompatibility between bodily temporalities and evaluative regimes. The findings show that the experience of loss, shaped by structural reproductive inequalities, reveals the epistemic illegibility of suffering in academia—not merely as a hypothesis, but as a recurring institutional pattern. The conclusion points to the need to reconfigure policies, metrics, and epistemologies, integrating care and vulnerability as foundational elements for a more just and equitable scientific life.

Keywords: gestational grief. epistemology. academic productivity. vulnerability. reproductive injustice.

1 Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC Universidade Estadual Paulista (Unesp) Bauru, São Paulo Brasil

2 Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC Universidade Estadual Paulista (Unesp) Bauru, São Paulo Brasil

1 INTRODUÇÃO

O luto gestacional emerge como experiência que desestabiliza ontologias consolidadas sobre corpo, maternidade, ciência e produtividade, revelando os limites de regimes de conhecimento fundados na continuidade, na linearidade temporal e na racionalidade desincorporada. No contexto pós-pandemia, essa problemática adquire centralidade, uma vez que mulheres pesquisadoras enfrentaram simultaneamente intensificação das exigências produtivas e aprofundamento das desigualdades reprodutivas, amplamente documentadas por organismos internacionais e bases nacionais (OMS, 2016; BRASIL, 2023). A persistência de altas taxas de natimortalidade — especialmente entre mulheres negras, pobres e periféricas — evidencia que a perda gestacional não constitui evento excepcional, mas componente estrutural das condições de vida e trabalho científico.

Este estudo analisa como o luto gestacional reorganiza práticas, expectativas e regimes de reconhecimento na academia, operando como acontecimento epistêmico que tensiona modelos institucionais de avaliação, produtividade e permanência. Ao incidir sobre corpos que gestam e perdem, o luto expõe o conflito entre temporalidades corporais descontínuas e temporalidades institucionais rígidas, revelando os limites das métricas acadêmicas diante da vulnerabilidade (Cech; Blair-Loy, 2019). No plano político, o fenômeno evidencia lacunas normativas na proteção de pesquisadoras enlutadas, tanto no campo da saúde reprodutiva quanto na gestão acadêmica de prazos, bolsas e avaliações.

A fundamentação teórica articula feminismos do cuidado (Gilligan, 1982; Tronto, 1993; Mol, 2002), teorias da vulnerabilidade e precariedade (Butler, 2004), epistemologias situadas (Haraway, 1988), crítica à injustiça epistêmica (Fricker, 2007) e análises sociotécnicas dos sistemas de avaliação científica (O’Neil, 2016; Pasquale, 2015). Embora a literatura reconheça os impactos da maternidade na trajetória acadêmica (Ward; Wolf-Wendel, 2012), permanece pouco explorado o luto gestacional como operador epistemológico capaz de produzir deslocamentos ontológicos e cognitivos na ciência, e não apenas como evento biográfico individual.

O corpus empírico reúne documentos institucionais obtidos por meio de solicitações administrativas e registros diretos de comunicação acadêmica, incluindo normativas nacionais e institucionais, e-mails formais e negativas documentadas de prorrogação de prazos e bolsas. Esses materiais foram selecionados a partir de sua relevância para evidenciar situações de interrupção gestacional em contexto acadêmico e analisados segundo critérios de recorrência temática, presença de justificativas institucionais e formas de enquadramento da perda. O corpus inclui ainda dados epidemiológicos agregados do SINASC/DATASUS, utilizados para contextualizar a incidência da perda gestacional no Brasil, bem como relatórios internacionais sobre violência obstétrica (Human Rights Watch, 2017) e narrativas autoetnográficas (Ellis, 2009). A análise desses materiais permitiu identificar padrões institucionais de resposta à perda, evidenciando fricções entre macroestruturas normativas e experiências corporais de interrupção, e demonstrando empiricamente como o luto se torna institucionalmente ilegível.

Diferentemente das abordagens centradas na conciliação trabalho-cuidado, este estudo focaliza a interrupção radical de futuros imaginados, questionando narrativas acadêmicas que naturalizam a produtividade contínua e a ausência de falha. O luto gestacional é aqui compreendido como ruptura ontológica que obriga a repensar a infraestrutura afetiva, cognitiva e política da vida científica.

Diante disso, a pesquisa investiga como o luto gestacional reconfigura condições materiais e epistêmicas da produção acadêmica e de que modo instituições, métricas e políticas públicas contribuem para sua penalização ou silenciamento. A hipótese central sustenta que o luto não apenas interrompe trajetórias, mas torna visíveis as estruturas de poder que regulam quem pode permanecer na ciência e sob quais condições. Embora o foco recaia sobre a perda gestacional, reconhece-se que outras condições de saúde — como doenças crônicas, eventos traumáticos e situações de adoecimento mental — podem igualmente interromper trajetórias acadêmicas, apontando para um problema estrutural mais amplo nos regimes de avaliação científica. Os objetivos incluem mapear contradições institucionais, articular evidências empíricas e teóricas e propor caminhos éticos e políticos para o reconhecimento da vulnerabilidade na vida científica.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem teórico-crítica de caráter reconstrutivo, articulando análise documental, leitura epistemológica de registros institucionais, exploração de bases epidemiológicas e mobilização de narrativas autoetnográficas como operadores de conhecimento. Essa escolha metodológica decorre da compreensão do luto gestacional não como evento isolado, mas como acontecimento que atravessa regimes de verdade, estruturas institucionais e condições materiais da vida científica.

A análise documental abrange normativas nacionais de saúde reprodutiva — incluindo a Lei 11.108/2005, diretrizes da Rede Cegonha e portarias do Ministério da Saúde — bem como regulamentos institucionais de pós-graduação, comunicações administrativas, registros formais e negativos de prorrogação de prazos e bolsas. Os documentos foram selecionados com base em três critérios: (i) relação direta com situações de interrupção gestacional em contexto acadêmico, (ii) presença de decisões institucionais sobre prorrogação, avaliação ou permanência, e (iii) disponibilidade de registro formal verificável. A análise seguiu procedimentos de leitura crítica e categorização temática, identificando padrões de resposta institucional, justificativas recorrentes e formas de enquadramento do luto. Esses documentos são tratados como artefatos sociotécnicos que performam modos específicos de gestão do corpo, do tempo e da produtividade, e não como referências neutras.

A leitura crítica fundamenta-se em abordagens foucaultianas e feministas da burocracia (Haraway, 1988; Briggs, 2018), permitindo identificar processos de normalização e exclusão institucional.

O corpus empírico inclui ainda dados agregados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SI-NASC) e do DATASUS, utilizados para contextualizar taxas de natimortalidade, mortalidade perinatal e desigualdades raciais e territoriais no Brasil. Esses dados são interpretados como expressão de uma ecologia política da reprodução (OMS, 2016; Cacciatore, 2013), articulando desigualdade estrutural e experiência subjetiva, sem pretensão de inferência estatística causal.

A dimensão autoetnográfica é mobilizada como ferramenta epistemológica, conforme Ellis (2009), permitindo acessar tensões institucionais invisibilizadas por abordagens convencionais. Registros de escrita do luto, diários e notas de campo são tratados como dados inseridos em práticas materiais e discursivas da ciência, e analisados a partir de uma perspectiva fenomenológica que concebe o corpo como condição de aparecimento do mundo (Merleau-Ponty, 1945).

A análise dos regimes de avaliação acadêmica recorre à sociologia da ciência e aos estudos críticos de tecnologia, examinando métricas, plataformas e ciclos avaliativos — como o Lattes e os sistemas da CAPES — enquanto dispositivos de normalização temporal. Referenciais de O’Neil (2016), Pasquale (2015) e Cech e Blair-Loy (2019) orientam a compreensão de como tecnologias avaliativas penalizam interrupções incompatíveis com a lógica da linearidade produtiva.

A triangulação entre documentos, estatísticas, narrativas e literatura teórica segue uma lógica de co-implicação, na qual cada material ilumina os pontos cegos dos demais. A metodologia privilegia uma leitura situada, que articula singularidade da experiência e estruturas institucionais, sem pretensão de generalização universalista. A força interpretativa do estudo reside justamente no entrelaçamento entre vulnerabilidade corporal, desigualdade social e racionalidade tecnoburocrática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus empírico revela, de forma consistente, três padrões institucionais recorrentes: (i) ausência de categorias normativas específicas para reconhecimento do luto gestacional em regulamentos acadêmicos, (ii) enquadramento da perda como ausência administrativa ou insuficiência produtiva em comunicações

formais, e (iii) negativas ou restrições à prorrogação de prazos e bolsas baseadas em critérios estritamente produtivistas. Em documentos analisados, observam-se casos em que solicitações de prorrogação fundamentadas em perda gestacional foram indeferidas sob justificativas como “não cumprimento de metas previamente estabelecidas” ou “incompatibilidade com o cronograma acadêmico vigente”, sem qualquer reconhecimento institucional da situação de luto. Esses achados evidenciam empiricamente a incompatibilidade entre temporalidades burocráticas e a experiência da perda, bem como a reprodução de desigualdades reprodutivas estruturais no interior da academia.

3.1 Corpo, Vulnerabilidade e Ontologia do Luto: A Ruptura Gestacional como Acontecimento Epistêmico

O luto gestacional constitui uma ruptura que desestabiliza a ontologia implícita da ciência moderna, fundada na separação entre corpo e razão e na expectativa de continuidade produtiva. A perda não opera apenas como evento biográfico, mas como acontecimento epistêmico que altera as condições de agência, atenção e inteligibilidade do sujeito que produz conhecimento. Nessa experiência, a vulnerabilidade deixa de ser contingente e se torna dimensão constitutiva da existência científica (Butler, 2004).

A interrupção gestacional reorganiza a relação entre sujeito e mundo ao inscrever o corpo como operador central da experiência cognitiva. Conforme a fenomenologia do corpo indica, a produção de sentido não é exterior à corporeidade, mas emerge dela (Merleau-Ponty, 1945). O corpo enlutado rompe esquemas perceptivos baseados em estabilidade e previsibilidade, tornando visível a inadequação de uma racionalidade científica que pressupõe continuidade e neutralidade.

A dimensão afetiva do luto não representa obstáculo epistemológico, mas condição de produção de saber. Emoções orientam modos de atenção, deslocam prioridades e reorganizam trajetórias cognitivas (Ahmed, 2014). A dor da perda afeta ritmos de escrita, memória e concentração, elementos diretamente implicados no trabalho científico, ainda que sistematicamente desconsiderados pelas gramáticas institucionais.

O luto também evidencia a multiplicidade do corpo que pesquisa. Como argumenta Mol (2002), o corpo é performado por práticas e instituições diversas. Na perda gestacional, articulam-se o corpo biológico interrompido, o corpo institucional submetido a prazos e exigências, e o corpo subjetivo confrontado com a suspensão de futuros imaginados. Essas camadas interferem diretamente na produção de conhecimento, embora permaneçam amplamente invisibilizadas.

Estudos sobre luto perinatal demonstram impactos prolongados sobre cognição e motivação (Cacciatore, 2013), enquanto dados do SINASC/DATASUS indicam a persistência estrutural da perda gestacional no Brasil. Esses elementos reforçam que o luto não é exceção individual, mas parte de uma ecologia de vulnerabilidade que atravessa a vida científica.

O silenciamento institucional dessa experiência produz injustiça hermenêutica, ao negar categorias socialmente reconhecíveis para nomear e compreender a perda (Fricker, 2007). Ao tratar o luto como desvio privado, a academia preserva a ficção da racionalidade desincorporada, convertendo vulnerabilidade em ilegibilidade epistêmica. Assim, o luto gestacional expõe não um limite do sujeito, mas um limite estrutural da ontologia científica dominante.

3.2 Ecologias da Dor e Injustiça Reprodutiva: Desigualdades Estruturais no Luto Gestacional Acadêmico

O luto gestacional inscreve-se em uma ecologia política da reprodução marcada por desigualdades raciais, sociais e territoriais que condicionam quem está mais exposta à perda e quem dispõe de recursos institucionais para enfrentá-la. Dados internacionais e nacionais indicam que mulheres negras, pobres e periféricas apresentam

maiores taxas de natimortalidade, revelando que a perda gestacional não é distribuída aleatoriamente, mas estruturada por relações históricas de desigualdade (OMS, 2016; BRASIL, 2023).

Essa assimetria não se dissolve no ingresso ou permanência na academia. Ao contrário, acompanha o corpo enlutado para o espaço científico, moldando as condições de reconhecimento, permanência e produção de conhecimento. Políticas reprodutivas e práticas institucionais operam como mecanismos de triagem que definem quais perdas são reconhecidas e quais permanecem invisíveis, reiterando hierarquias de raça e classe (Briggs, 2018).

Documentos institucionais analisados — como negativas de prorrogação e comunicações administrativas — evidenciam o descompasso entre a temporalidade do luto e a racionalidade burocrática. A ausência de categorias normativas adequadas faz com que a perda seja traduzida como ausência ou insuficiência, produzindo injustiça hermenêutica ao negar inteligibilidade à experiência vivida (Fricker, 2007). A dor torna-se administrativamente ilegível, devendo ser silenciada para que a produtividade seja mantida.

Estudos demonstram que modelos acadêmicos baseados em desempenho contínuo penalizam trajetórias atravessadas por eventos reprodutivos, especialmente quando associados à vulnerabilidade social (Cech; Blair-Loy, 2019). O luto gestacional expõe, assim, os limites de uma racionalidade institucional que presume sujeitos desincorporados e ignora os efeitos cognitivos e afetivos da perda (Cacciatore, 2013).

Casos de violência obstétrica amplamente documentados indicam que a deslegitimação do sofrimento reprodutivo constitui padrão estrutural, e não exceção (Diniz, 2015; Human Rights Watch, 2017). Na academia, essa lógica se reproduz na exigência de continuidade produtiva, convertendo o luto em experiência privada e politicamente desqualificada.

O que se denomina neste estudo como luto gestacional em contexto acadêmico — entendido como a experiência de perda gestacional vivida durante a realização de atividades científicas e suas implicações institucionais — deve ser compreendido como expressão de injustiça reprodutiva ampliada na qual desigualdades sociais, políticas institucionais e regimes epistêmicos convergem para tornar a dor invisível e penalizada.

3.3 Instituições, Temporalidades e Regimes de Avaliação: A Ilegibilidade Epistêmica do Luto na Academia

O luto gestacional evidencia a fricção entre a temporalidade descontínua da experiência corporal e a temporalidade linear que estrutura a instituição científica. Embora discursos institucionais afirmem valores de cuidado e inclusão, práticas administrativas e avaliativas reiteram a centralidade de um modelo de produtividade contínua, indiferente à interrupção e à vulnerabilidade (Ahmed, 2019).

Os sistemas de avaliação acadêmica operam a partir de pressupostos de estabilidade e acumulação, convertendo interrupções em desvios penalizáveis. Plataformas, métricas e calendários — como relatórios de produtividade e ciclos avaliativos — não dispõem de categorias para registrar a suspensão do tempo provocada pelo luto, produzindo sua tradução em ausência, falha ou insuficiência (Cech; Blair-Loy, 2019).

Essa racionalidade tecnoburocrática amplia desigualdades pré-existentes. Ao desconsiderar contextos de perda e sofrimento, os sistemas avaliativos transformam vulnerabilidade em déficit, reforçando assimetrias de gênero, raça e classe no acesso à permanência e ao reconhecimento científico (O’Neil, 2016; Pasquale, 2015). O luto torna-se, assim, um problema a ser administrado, e não uma experiência legítima da vida acadêmica.

A distância entre direitos formais e sua efetivação confirma esse quadro. Embora existam marcos legais de proteção reprodutiva, sua aplicação no campo científico é fragmentada e frequentemente condicionada à

discrecionalidade institucional, resultando em negativas de prorrogação, encerramento de bolsas e exigências incompatíveis com o processo de luto (Diniz, 2015).

No plano epistêmico, essa dinâmica produz injustiça testemunhal ao deslegitimar a narrativa de quem sofre, reduzindo a credibilidade de experiências que não se alinham à norma produtivista (Fricker, 2007). O luto gestacional expõe, assim, não uma fragilidade individual, mas um limite estrutural dos regimes institucionais de avaliação, que permanecem incapazes de reconhecer a vulnerabilidade como parte constitutiva da produção científica.

3. 4 Epistemologias do Cuidado e Futuros Possíveis: Resistências, Políticas e Reconfigurações na Vida Científica

O luto gestacional, ao interromper a norma da continuidade produtiva, abre a possibilidade de reconfigurar as bases epistêmicas da ciência. Ao tornar visível a vulnerabilidade como condição estrutural da produção de conhecimento, essa experiência desloca a imagem do sujeito científico desincorporado e evidencia a necessidade de epistemologias capazes de integrar corpo, afeto e interdependência (Haraway, 1988).

As epistemologias do cuidado oferecem esse horizonte crítico ao compreender o cuidado não como exceção moral, mas como fundamento ontológico da vida social e científica (Gilligan, 1982; Tronto, 1993; Mol, 2002). Nesse enquadramento, o luto não representa falha ou desvio, mas condição legítima de existência que demanda reconhecimento institucional e reorganização das práticas acadêmicas.

Essa reconfiguração exige transformações concretas nos dispositivos que regulam a vida científica. A ausência de categorias formais para registrar interrupções por luto em plataformas avaliativas e regulamentos institucionais converte a perda em déficit produtivo, reforçando desigualdades estruturais (O'Neil, 2016). Reconhecer o luto implica revisar métricas, flexibilizar calendários e garantir prorrogações e suspensões sem penalização.

Experiências internacionais e mobilizações coletivas indicam que mudanças institucionais dependem tanto de políticas formais quanto de disputas culturais sustentadas (Mountz et al., 2015). Redes acadêmicas e movimentos sociais têm desempenhado papel central ao produzir dados, narrativas e pressões públicas capazes de deslocar o silêncio institucional em torno da perda gestacional.

Ao demandar novas categorias de inteligibilidade, o luto gestacional atua como operador de justiça epistêmica, ampliando o vocabulário conceitual da ciência para incluir interrupção, vulnerabilidade e cuidado (Fricker, 2007). Mais do que superação da dor, trata-se de reconhecer que a produção do conhecimento é inseparável das condições materiais e afetivas da vida.

Assim, o luto gestacional aponta para futuros científicos nos quais a permanência acadêmica não dependa da negação do corpo, mas do reconhecimento de que a ciência é produzida por sujeitos situados, vulneráveis e finitos.

CONTATO

A análise desenvolvida evidencia a potência epistemológica das experiências de interrupção, mas também explicita limites decorrentes do próprio escopo do estudo. Por tratar-se de uma abordagem teórico-crítica baseada em narrativas, autores e evidências secundárias, embora tenham sido mobilizados dados epidemiológicos agregados do SINASC/DATASUS para contextualização do fenômeno, não foram utilizados dados quantitativos longitudinais capazes de mensurar, em escala nacional, os efeitos institucionais da perda gestacional entre pesquisadoras.

De modo semelhante, a ausência de entrevistas sistemáticas ou etnografias aprofundadas restringe a compreensão das dinâmicas cotidianas de negociação, silêncio, resistência e enfrentamento no meio acadêmico. Soma-se a isso a heterogeneidade das experiências de luto, atravessadas por classe, raça, território, vínculo acadêmico e condições de trabalho, o que inviabiliza generalizações robustas e aponta para a necessidade de abordagens interseccionais mais rigorosas.

Essas limitações, contudo, abrem caminhos relevantes de investigação. Pesquisas futuras podem articular bases de dados específicas, análises estatísticas, entrevistas e metodologias participativas, bem como etnografias institucionais capazes de revelar normas formais e racionalidades tácitas que orientam decisões em universidades e agências de fomento. Estudos comparados, nacionais e internacionais, também permitiriam examinar como distintos regimes de bem-estar, sistemas de saúde e culturas institucionais produzem formas diversas de reconhecimento — ou apagamento — da vulnerabilidade.

No âmbito das políticas públicas, torna-se urgente reconhecer o luto gestacional como dimensão legítima da vida acadêmica. Isso implica revisar regulamentos de bolsas e auxílios, assegurando prazos estendidos, suspensões sem prejuízo e critérios avaliativos sensíveis à descontinuidade. Exige, ainda, a inclusão de categorias formais em plataformas nacionais, como o sistema Lattes, para evitar a tradução do luto em déficit produtivo. Programas institucionais de apoio psicológico e jurídico, articulados às políticas de saúde reprodutiva, também são fundamentais para reduzir desigualdades e garantir permanência acadêmica com dignidade. Em última instância, políticas de cuidado no ensino superior devem integrar uma agenda mais ampla de justiça epistêmica, reconhecendo que a produção do conhecimento depende de ambientes capazes de acolher vulnerabilidades sem convertê-las em penalidades.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- AHMED, Sara. *Living a feminist life*. Durham: Duke University Press, 2017.
- AHMED, Sara. *Complaint!*. Durham: Duke University Press, 2019.
- BARAD, Karen. *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Durham: Duke University Press, 2007.
- BBC BRASIL. Reportagens sobre violência obstétrica e negligência reprodutiva. BBC Brasil, diversos anos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC; DATASUS*. Brasília, 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. *Garante a presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato*. Brasília: Presidência da República, 2005.
- BRIGGS, Laura. *How All Politics Became Reproductive Politics: From Welfare Reform to Foreclosure to Trump*. Oakland: University of California Press, 2018.
- BUTLER, Judith. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- CACCIATORE, Joanne. *Bearing the Unbearable: Love, Loss, and the Heartbreaking Path of Grief*. Boston: Wisdom Publications, 2013.

- CAVARERO, Adriana. *Relating Narratives: Storytelling and Selfhood*. London: Routledge, 2000.
- CECH, Erin; BLAIR-LOY, Mary. *The inequality regime in academia: Structural barriers to gender equity*. *Sociological Perspectives*, v. 62, n. 1, 2019.
- DINIZ, Debora. *Violência obstétrica: violência baseada em gênero no parto*. Brasília: Anis – Instituto de Bioética, 2015.
- ELLIS, Carolyn. *Revision: Autoethnographic Reflections on Life and Work*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRASER, Nancy. *Escalas de justiça*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FRICKER, Miranda. *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- GILLIGAN, Carol. *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, 1988.
- HARDING, Sandra. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Violence Against Women: Obstetric Violence in Brazil*. New York, 2017.
- LATOUR, Bruno. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- LATOUR, Bruno. *Pandora's Hope: Essays on the Reality of Science Studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- LUGONES, María. *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.
- MOL, Annemarie. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press, 2002.
- MOUNTZ, Alison et al. For slow scholarship: A feminist politics of resistance through collective action in the neoliberal university. *ACME*, v. 14, n. 4, 2015.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Stillbirth estimates*. Geneva: WHO, 2016.
- O'NEIL, Cathy. *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. New York: Crown, 2016.
- PASQUALE, Frank. *The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. *Matters of Care: Speculative Ethics in More Than Human Worlds*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

RICH, Adrienne. *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. New York: W.W. Norton, 1976.

ROSA, Hartmut. *Aceleração: A transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019.

STENGERS, Isabelle. *Ecology of Practices*. Cultural Studies Review, v. 11, n. 1, 2005.

TRONTO, Joan. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. New York: Routledge, 1993.

WARD, Kelly; WOLF-WENDEL, Lisa. *Academic Motherhood: How Faculty Manage Work and Family*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2012.

